

SUMÁRIO

SOBRE O ORGANIZADOR.....	9
APRESENTAÇÃO	11
PALAVRA DO ORGANIZADOR	13
ESTRUTURA DA COLEÇÃO	15
NOTA	16
ÍNDICE DE AUTORES	23

CAPÍTULO I TEORIA DA CONSTITUIÇÃO *Seção I* *Hermenêutica constitucional*

1. Direito Penal, Constituição e Hermenêutica: pela superação do positivismo jurídico e a possibilidade do acontecer do direito num ambiente de neoconstitucionalismo
 JOSÉ FRANCISCO DIAS DA COSTA LYRA 33
2. Neoconstitucionalismo e teoria da interpretação
 EDUARDO RIBEIRO MOREIRA 69

Seção II *Novo Direito Constitucional*

3. A nova roupa do direito constitucional: neo-constitucionalismo, pós-positivismo e outros modismos
 CARLOS BASTIDE HORBACH 91
4. A perspectiva dinâmica do constitucionalismo
 DENISE AUAD 107
5. Constitucionalismo inclusivo: o reconhecimento do direito fundamental à inclusão social
 EDUARDO CAMBI E JAIRO NÉIA LIMA 127
6. Constituição, governo democrático e níveis de intensidade do controle jurisdicional
 CLÊMERTON MERLIN CLÈVE E BRUNO MENESES
 LORENZETTO 155
7. Direito penal neo-constitucionalista: equilíbrio necessário entre os anseios da sociedade e a legitimidade do ordenamento
 IVAN LUÍS MARQUES DA SILVA 205

8. Neoconstitucionalismo
PAULO HAMILTON SIQUEIRA JR. 225
9. Neoconstitucionalismo, democracia e o princípio da legalidade tributária
SARAH MARIA LINHARES DE ARAÚJO 249
10. Neoconstitucionalismo, derrotabilidade e razão prática
ALFONSO GARCÍA FIGUEROA, TRADUZIDO POR
EDUARDO RIBEIRO MOREIRA 271
11. Noções fundamentais sobre pós-positivismo e direito
NELSON NERY JUNIOR E GEORGES ABOUD 295
12. O “neoconstitucionalismo” de Ruy Barbosa
WILLIS SANTIAGO GUERRA FILHO 305
13. O constitucionalismo contemporâneo na recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal
ANNA CANDIDA DA CUNHA FERRAZ E FERNANDA DIAS
MENEZES DE ALMEIDA 315
14. Pós-positivismo
PAULO HAMILTON SIQUEIRA JÚNIOR 341
15. Traços de conjugação entre o neoconstitucionalismo e a óptica cosmopolita: “desvios” para um Estado constitucional cooperativo no Brasil
VALÉRIA RIBAS DO NASCIMENTO 369

Seção III

Teoria da separação dos poderes

16. Diálogos Institucionais: estrutura e legitimidade
CLÊMERTON MERLIN CLÈVE E BRUNO MENESES
LORENZETTO 395
17. O Supremo Tribunal Federal e a nova separação de poderes: entre a interpretação da Constituição e as modificações na engenharia constitucional
GEORGES ABOUD E RAFAEL TOMAZ DE OLIVEIRA 423

CAPÍTULO II CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO

18. A constitucionalização do Direito do Trabalho: interpretação e aplicação das normas trabalhistas para a efetiva inter-relação dos interesses econômicos com o respeito à dignidade da pessoa humana
DINAURA GODINHO PIMENTEL GOMES 455

19. A constitucionalização do direito da criança no Brasil como barreira à redução da idade penal: visões de um neoconstitucionalismo aplicado	
KARYNA BATISTA SPOSATO	481
20. Constitucionalização do Direito Processual do Trabalho e Teoria Geral do Processo	
GUSTAVO FILIPE BARBOSA GARCIA	515
21. Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito (O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil)	
LUÍS ROBERTO BARROSO	533
22. Neoconstitucionalismo e seus Reflexos nas Relações Jurídicas Privadas: em busca de parâmetros de aplicação direta dos direitos fundamentais	
SAMIR JOSÉ CAETANO MARTINS	585
23. Notas sobre a Dignidade da Pessoa Humana, os Direitos Fundamentais e a assim Chamada Constitucionalização do Direito penal e Processual penal no Brasil	
INGO WOLFGANG SARLET	633
24. Os princípios gerais da Administração Pública e o neoconstitucionalismo: até onde a adesão à doutrina alienígena é válida?	
FRANCYSKO PABLO FEITOSA GONÇALVES	663
CAPÍTULO III EFICÁCIA E EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
25. A eficácia direta dos direitos fundamentais nas relações entre particulares	
EDUARDO RIBEIRO MOREIRA E MARIA EUGENIA BUNCHAFT	687
26. Colisão de direitos fundamentais – Princípio da dignidade humana como critério material de ponderação	
WANDIMARA PEREIRA DOS SANTOS SAES	707
27. Compromisso de ajustamento de conduta – Um eficaz instrumento à disposição do Ministério Público para a implementação de políticas públicas e à efetivação de direitos fundamentais sociais	
EDUARDO CAMBI E THADEU AUGIMERI DE GOES LIMA..	731
28. Direitos fundamentais e jurisdição constitucional: proclamação “retórica” v. efetividade concreta	
ROSMAR RODRIGUES ALENCAR	759

29. Direitos fundamentais sociais, mínimo existencial e direito privado
INGO WOLFGANG SARLET 771
30. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais nas relações privadas:
aplicabilidade pelo STF no RE 201.819/RJ
DEYSE DOS SANTOS MOINHOS 813
31. Juiz sem rosto e crime organizado: a Lei 12.694/2012 e os direitos
fundamentais
ANDRÉ LUIZ NICOLITT 835
32. O mito da supremacia do interesse público sobre o privado – A
dimensão constitucional dos direitos fundamentais e os requisitos
necessários para se autorizar restrição a direitos fundamentais
GEORGES ABBOUD 855
33. Os desafios contemporâneos da eficácia, da efetividade e dos
conflitos no campo dos direitos fundamentais
ANTONIO CELSO BAETA MINHOTO 911

CAPÍTULO IV

EXPANSÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

34. A “politização” da jurisdição constitucional – uma análise sob a
perspectiva da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann
GLAUCO SALOMÃO LEITE 945
35. A jurisdição constitucional e a contextualização do texto da
Constituição Federal de 1988: mutação constitucional
EDUARDO SADALLA BUCCI 987
36. Expansão da jurisdição constitucional e separação de poderes: uma
análise sistêmica à luz da cidadania
EDUARDO CAMBI E DIEGO NASSIF 1013
37. Jurisdição constitucional do Superior Tribunal de Justiça
TEORI ALBINO ZAVASCKI 1027
38. Jurisdição constitucional e democracia na Constituição brasileira:
entre o ativismo e a autocontenção
PEDRO SCALCO 1037
39. Justiça Constitucional
PAULO HAMILTON SIQUEIRA JR. 1053
40. Levando a sério o Estado ambiental de direito – O papel da
jurisdição no constitucionalismo ecológico-dirigente
ANDRÉ KARAM TRINDADE E ANTONIO TREVISAN FREGAPANE
..... 1077

41. O controlo de inconstitucionalidade por omissão no ordenamento brasileiro e a tutela dos direitos sociais: um mero ciclo activista ou uma evolução para o paradigma neoconstitucionalista?
CARLOS BLANCO DE MORAIS 1115
42. O controle judicial: direitos fundamentais e a teoria do processo
JEAN CARLOS DIAS 1191

CAPÍTULO V JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E DAS RELAÇÕES SOCIAIS

43. A judicialização da política
ROGER STIEFELMANN LEAL 1215
44. A terceira globalização jurídica, as três faces da judicialização da política e o devido processo penal
GAUTHAMA FORNACIARI DE PAULA 1225
45. Direito à Saúde: da (in)efetividade das políticas públicas à sua judicialização como forma de garantir o mínimo existencial
KÁTIA CRISTINE SANTOS DE OLIVEIRA E JAMILLE COUTINHO COSTA 1247

CAPÍTULO VI ATIVISMO JUDICIAL

46. A intervenção do Poder Judiciário na administração dos recursos destinados à garantia do direito coletivo à saúde: ativismo ou concretismo judicial?
KERTON NASCIMENTO E COSTA E LUCAS DE SOUZA LEHFELD 1271
47. Ativismo judicial e instrumentalidade do processo. Diálogos entre discricionariedade e democracia
GEORGES ABBOUD E GUILHERME LUNELLI 1295
48. Ativismo judicial, discricionariedade e controle: uma questão hermenêutica?
NAGIBE DE MELO JORGE NETO 1323
49. Comentário à sentença que “declarou” a inconstitucionalidade da EC 41/2003 por vício de decoro parlamentar: até onde vai o ativismo judicial?
LENIO LUIZ STRECK 1347
50. Constitucionalismo garantista e precedentes vinculantes em matéria ambiental. Limites e vínculos ao ativismo judicial contrário ao meio ambiente
HERMES ZANETI JR 1367

51. **Judicialização da política e ativismo judicial**
CAROLINA SCHERER BICCA 1401
52. **Juiz-secretário de segurança pública. Breve ensaio sobre o neoconstitucionalismo e o ativismo judicial em matéria criminal na realidade periférica**
ANTONIO PEDRO MELCHIOR 1419
53. **Mandados implícitos de criminalização: da relação entre Constituição e Direito Penal a um inconstitucional exercício de ativismo judicial**
RENATO STANZIOLA VIEIRA 1447
54. **Neoconstitucionalismo e ativismo judicial – Limites e possibilidades da jurisdição constitucional**
JACKSON TAVARES DA SILVA DE MEDEIROS E ROCCO
ANTONIO RANGEL ROSSO NELSON 1479
55. **O ativismo judicial e a ingerência do poder judiciário na escolha de políticas públicas**
RACHEL NUNES DE CARVALHO FARIAS 1531
56. **O ativismo, o justo e o legal: crítica ao pamprinciologismo a partir do caso das “famílias paralelas”**
LENIO LUIZ STRECK 1557
57. **Panorama sobre o ativismo judicial e a judicialização da política no Direito brasileiro**
CÉSAR CIPRIANO DE FAZIO 1567
58. **Sobre os limites da argumentação jurídica – A desconstrução do ativismo judicial fundado na ponderação de princípios e a reinvenção da legitimidade jurídica nos pensamentos de Jürgen Habermas e Chantal Mouffe**
JULIANA BRINA CORRÊA LIMA DE CARVALHO 1585

